

“Leitura dos sinais dos tempos, um olhar cristão sobre a História”

*Conferência no 25º aniversário do CEPCEP
Universidade Católica Portuguesa
Lisboa, 25 de Fevereiro de 2008*

1. Ler os sinais dos tempos não é uma questão de moda. É um desafio permanente aos discípulos de Cristo, que deve gerar uma contínua atenção ao sentido profundo da história, lida e interpretada a partir da fé, expressão do carisma profético da Igreja, novo Povo de Deus.

A possibilidade desta leitura assenta em alguns pressupostos. Antes de mais, a unidade de toda a humanidade, a única família humana, criada por Deus com amor, destinada à bem-aventurança. Neste tempo de globalização, esta unidade de toda a família humana é um elemento central da mutação cultural. Começa a tomar-se consciência de um património universal comum a todos os homens, que pode tornar-se fundamento ético, decisivo para a construção do diálogo, da harmonia e da paz.

Um segundo pressuposto é a universalidade da redenção de Jesus Cristo. Ele oferece a Sua vida por todos os homens, de todos os tempos e lugares. Na Sua Cruz, abraça toda a humanidade desde o início até à manifestação da plenitude escatológica. O que distingue os discípulos de Cristo

é que, na sua fé, eles tomaram consciência dessa plenitude unificadora de Jesus Cristo, devem anunciá-la, pôr em prática, no amor, a antecipação desse reino definitivo: é por isso que eles podem discernir sinais desse Reino a acontecer, no seio do próprio drama humano.

Realizar este dinamismo salvífico e unificador de Jesus Cristo é obra do Espírito, a força do amor transformador. Em termos de fé, o Espírito Santo é o principal motor da história, e o seu campo de acção é a humanidade, é a história humana como um todo. Se ela não merece, teologicamente, o título de “história da salvação” enquanto encadear de acontecimentos e dinamismos sagrados, explicitamente salvíficos, ela é, no entanto, a história onde acontece a Salvação.

Esta concretização do carisma profético da Igreja supõe, mais do que qualquer outra, que a Igreja faz parte da humanidade, tem uma comunhão de situação e de destino com todos os homens, aos quais foi enviada com a mensagem da esperança. É aliás no quadro da realização da sua missão de enviada ao mundo, que o Concílio Vaticano II diz que a Igreja tem o dever de ler os sinais dos tempos. Recordemos este texto, embora ele seja tão conhecido que quase o sabemos de cor: “para levar a bom termo esta etapa (de enviada), a Igreja tem o dever contínuo de perscrutar os sinais dos tempos e de os interpretar à luz do Evangelho, de modo a poder responder, de maneira adaptada a cada geração, às questões eternas dos homens sobre o sentido da vida presente e futura e das suas relações recíprocas”¹.

Trata-se de **discernir**: não se trata de uma verificação fácil; é intuição, pressentimento, a que só a Palavra de Deus e a fé podem dar forma. Lembramo-nos da figura de alguns profetas do Antigo Testamento, sempre à espreita para captar o sentido profundo dos acontecimentos. Ler os sinais dos tempos é ousar a esperança.

Sinais do Reino

2. Estamos a falar de sinais do Reino de Deus, de realidades que nos dizem que “o Reino já está no meio de nós”, nos sugerem os seus dinamismos em acção, nos indicam as aberturas que as realidades humanas oferecem ao

¹ **Gaudium et Spes** (G.S.), nº 4

anúncio explícito desse Reino. Por isso, o texto conciliar acrescenta: “é importante conhecer e compreender este mundo em que vivemos, as suas expectativas, as suas aspirações, o seu carácter tantas vezes dramático”².

O desafio a compreender os sinais do Reino de Deus já presente, é o sentido da expressão no Evangelho de São Mateus. Os fariseus, para tentarem Jesus, pedem-lhe um sinal do Céu. Jesus responde-lhes: “Ao pôr-do-sol dizeis: vai fazer bom tempo porque o Céu está vermelho. E de manhã: hoje vai chover, porque o Céu está vermelho escuro. Olhando o Céu, sabeis prever o tempo, mas não sois capazes de interpretar os sinais dos tempos” (Mt. 16,2-3). O que Cristo lhes censura é o não serem capazes de ver n’Ele um sinal de que o Reino já está presente no meio de nós³.

Discernir sinais do Reino no drama da história, é identificar as realidades que são verdadeiramente uma presença do Reino de Deus na sociedade, em pessoas e instituições, e que são o fruto da acção do Espírito Santo. Um juízo sobre a sociedade de cada tempo histórico, e o nosso é o presente, se não inclui estas realidades positivas, verdadeiros fundamentos da esperança, é inevitavelmente incompleto e pessimista. E estes sinais positivos existem na Igreja e fora dela, na generosidade abnegada, na persistência em procurar a justiça e construir a paz. É uma força silenciosa que sustém a humanidade, talvez evitando, só Deus sabe, que ela soçobre na auto-destruição. Esta leitura das realidades que na humanidade de cada tempo são sinais do Reino a acontecer, é um dos fundamentos da nossa esperança.

Discernir as sementes do Reino

3. Esta leitura dos sinais pode incidir também sobre grandes dinamismos da história, que são sementes do Reino de Deus, anunciando, se se confirmarem, a realização de um mundo mais justo e fraterno. São aberturas culturais, tomadas de consciência colectiva, capazes de marcar o ritmo da história num certo sentido. O P. Congar, comentando dia a dia o Concílio, referindo-se a esta atenção aos sinais, diz que é o mundo a bater à porta da Igreja, pedindo-lhe que lhe abra o Evangelho na página que ele pode compreender, para se compreender profundamente a si mesmo. Fenómenos

² **Ibidem**

³ cf. J. POLICARPO, “Obras Escolhidas, vol. I, p. 165

histórico-culturais como uma nova consciência de paz, um sentido novo da solidariedade e da dignidade humana, a dignidade da mulher, a universalidade do fenómeno religioso num mundo onde o racionalismo ateizante cantava vitória, podem ser algumas dessas realidades-sinais.

Neste aspecto, reveste-se de importância decisiva a presença empenhada dos cristãos na edificação de uma sociedade mais justa. Agindo como força cristã do amor, eles estão no terreno, ajudando essas sementes do Reino a crescer e a transformar-se em reais presenças do Reino. No mundo eles são iluminados pela fé, e esta leva a que o empenho na luta pelo progresso da humanidade seja concretização do mandamento evangélico do amor; desse compromisso crente brota a luz do discernimento dos caminhos da sociedade.

Esta leitura das realidades-sinais é objectiva, enfrenta a inevitável ambiguidade da história, não esconde as realidades negativas que são “contra-sinais” do Reino, mas podem ajudar a definir os contornos dos verdadeiros sinais. Também eles entram numa leitura da história, conduzida pela luz que irradia de Jesus Cristo. Esta presença dos cristãos no mundo, profundamente comprometidos com o progresso da humanidade, é essencial para esta leitura cristã da história. Escutemos ainda um outro texto do Concílio: “Movido pela fé, sabendo-se conduzido pelo Espírito do Senhor que enche o Universo, o Povo de Deus esforça-se por discernir nos acontecimentos, nas exigências e anseios do nosso tempo, nos quais participa com os outros homens, quais são os verdadeiros sinais da presença ou do desígnio de Deus. A fé, com efeito, ilumina todas as coisas com uma luz nova e faz-nos conhecer a vontade divina sobre a vocação integral do homem, orientando, assim, o espírito para soluções plenamente humanas”⁴.

Ousar procurar sinais na História dos últimos 25 anos

4. Até aqui limitei-me a definir os critérios teológico-pastorais da leitura dos sinais dos tempos. Aliás a maior parte dos textos que conheço limitam-se a definir esse enquadramento teórico. Ousar descobrir na realidade do mundo sinais pode não ser objecto de discurso sistemático, mas tão só intuição

⁴ G.S., nº 11

pastoral. Encontramos exemplos dessa leitura concreta em textos de João Paulo II, por exemplo.

Estamos a celebrar os 25 anos do CEP-CEP, Centro de Estudos que traçou como objectivo e metodologia uma particular atenção ao evoluir das culturas dos povos de expressão portuguesa. Mas tantas vezes, na busca desse objectivo, alargou o horizonte cultural de análise para um universo cultural mais vasto, porque no nosso tempo, sobretudo no âmbito da cultura e da mutação cultural, é difícil confinar-se a um universo cultural restrito. A evolução cultural é, certamente, o quadro propício ao discernimento de sinais, porque a cultura marca o futuro da humanidade em termos de busca de sentido, inspira os universos éticos e oferece à fé o seu enquadramento humano. O divórcio entre o universo da cultura e a fé é redutor para a cultura e dramático para o futuro da fé e a sua capacidade de iluminar a história.

A globalização

5. É, certamente, o fenómeno mais significativo nos últimos 25 anos, com implicações culturais, económicas e políticas. Independentemente da análise das suas causas e manifestações, ela está a contribuir para uma interdependência de todos em relação a todos: ninguém é indiferente a ninguém. A humanidade, talvez pela primeira vez na sua história, sente-se e descobre-se como uma “única família humana”, na expressão de João Paulo II numa das Mensagens para o Dia Mundial da Paz. Há hoje a consciência acentuada de uma unidade ao nível do planeta, quadro inevitável para os processos de desenvolvimento, para o diálogo inter-cultural, para a construção da paz. Fenómenos de vária ordem, de natureza religiosa, étnica e cultural, que durante milénios foram localizados e quase desconhecidos da família humana, considerada como um todo, já não são, nem podem ser, desconhecidos por ninguém.

Olharemos o fenómeno da globalização numa tríplice perspectiva: cultural, económica, política, todas elas importantes para que a humanidade progrida em qualidade, aproximando-se da ideia de Reino de Deus, isto é, o modelo de plenitude para que foi criada.

A sua vertente cultural é, certamente, a mais abrangente. A globalização da comunicação, através de poderosas e modernas tecnologias,

não só contribui decisivamente para o fenómeno da globalização, mas tornou-se factor importante na própria mutação cultural. Hoje temos o mundo ao nosso alcance, na variedade e complexidade da sua realidade, num teclado de computador. A internet trouxe a mais profunda alteração de linguagem e de atitude cultural jamais conhecida na história. E ainda é cedo para analisar todas as consequências do fenómeno. Nós, a geração dos adultos, que aprendeu a lidar com o computador como se aprende a lidar com um novo utensílio, não podemos avaliar as marcas, ao nível da personalidade, que esse universo imprime nas crianças e nos jovens. É a definição de ser humano que está a alterar-se. O que as ideologias não conseguiram, pode ser efeito das novas tecnologias: o surgir de um novo modelo de homem.

O alargamento, ao nível global, das realidades religiosas e culturais da humanidade, tem efeitos imediatos e podem sugerir caminhos a seguir. Os efeitos imediatos podem concretizar-se na avaliação das novas realidades conhecidas, à luz da experiência concreta de cada pessoa e de cada comunidade. Esta primeira reacção pode ser **exclusiva** e não **inclusiva** e supõe um juízo de valor a partir de critérios fixados que não se abriram à surpresa da novidade e da diferença. Se esses critérios fixados definem interesses, de pessoas e de nações, a primeira reacção à globalização pode ser mais da ordem do conflito do que da convergência e da busca de uma nova unidade.

Abertura à diferença, com conhecimento das riquezas dos outros e do que eles têm de próprio, constitui desafios inadiáveis de diálogo intercultural, inter-religioso, inter-civilizacional, em busca daquele “universal humano”, património espiritual da humanidade, base indispensável para a construção da harmonia e da paz. Há sinais positivos de uma tomada de consciência desta dimensão universal da cultura. Cito, a título de exemplo, a consciência universal da ciência e da **comunidade do saber**, que leva a grandes convergências internacionais de universidades, unidades de pesquisa e centros de saber. A “universidade de bairro” terá cada vez menos lugar no quadro da globalização da cultura.

6. Outro aspecto importante é a **vertente económica** da globalização, certamente a que mais assusta no imediato e mais críticas negativas sugere. A

economia tem a ver com modelos de desenvolvimento e estes têm de ter em conta, cada vez mais, a escala global. O confronto atávico entre pobres e ricos, o combate à miséria e às doenças endémicas, porque se tornaram visíveis num mundo global, já não podem ser ignorados ou relativizados. Se não forem tidos em conta pelo todo global, carregarão ameaças de conflitos incalculáveis. Não apenas a ciência económica, mas a prática da economia têm de enveredar corajosamente por caminhos adaptados a uma solução global. O mercado global tem de ser concebido como caminho para a justiça e para a promoção das camadas da população mundial menos capazes de aceder, na sua existência concreta, a níveis de dignidade.

Cultura e economia acarretam, inevitavelmente, uma dimensão política. Esta, como arte de gerir os Povos e conduzi-los para o desenvolvimento e para a harmonia da paz, é cada vez mais influenciada e condicionada pela dimensão global. O cruzamento de culturas e a interdependência económica exigem horizontes políticos abertos à globalidade, completando ou mesmo ultrapassando um conceito rígido da autonomia dos Estados. Começa a sentir-se a necessidade de um “governo mundial”, não para reduzir o mundo a um só Estado, mas para construir eficazmente dinamos de harmonia global, com poder para julgar e dirimir conflitos e injustiças, e construir, com a colaboração de todos, a ordem e a paz. A evolução das Nações Unidas, na definição jurídica das suas competências e no apetrechamento dos meios necessários para realizar eficazmente essas competências, tarda em realizar-se.

Neste campo da política há dados preocupantes, fruto da globalização, que merecem uma particular atenção: antes de mais a **crise do Ocidente**. Detecta-se facilmente nas actuais tensões mundiais, uma atitude crítica ao Ocidente. Pátria da racionalidade, dominou o mundo pela força da ciência e da tecnologia, sujeitou à sua concepção de progresso o resto do mundo, sobretudo pelo recurso aos bens naturais, alguns dos quais como a energia, são hoje vitais para a sua própria subsistência. Mas foi também a pátria da liberdade, do culto da dignidade da pessoa humana, da democracia e do direito. Mas teima-se em não perceber que a crise do Ocidente é uma crise de cultura e de modelos de vida e de desenvolvimento, que hoje só podem subsistir numa compreensão global. Não se trata de uma crise de poderes, sejam eles políticos, económicos ou militares, mas uma crise de sentido e da

natureza transcendente do homem e da história. O Ocidente está a pagar um preço caro por este erro de perspectiva, com políticas imediatistas de quem navega à vista, sem perspectivas de profundidade e de longo prazo, o único que se compadece com as exigências da globalização.

7. Neste cenário, alterou-se o quadro da construção e da manutenção da paz. Com a queda do Muro de Berlim, o mundo respirou fundo como se se tivesse abatido a última grande ameaça à paz. E verificou-se algo de paradoxal: o sistema de alinhamento em blocos evitou, durante décadas, conflitos locais e regionais significativos, pelo perigo que representavam para o eclodir de um conflito nuclear. O fim dos blocos deu azo a uma multiplicidade de conflitos, inviáveis no quadro anterior: conflitos étnicos, religiosos, sentidos autonómicos, muito bem reprimidos pelo medo e pela força, novos equilíbrios de interesses no quadro de um mundo global, com uma novidade na história recente: os Estados já não são sempre a entidade com que se deve dialogar para cessar os conflitos e repor a justiça. O terrorismo é disso apenas um exemplo. As estruturas militares e de defesa, em que se investiram somas astronómicas, muito maiores das que se investiram no desenvolvimento dos povos, não são aptas para resolver conflitos localizados: continuam a poder destruir o mundo, mas são incapazes de repor a paz nos pequenos conflitos.

Novos blocos começam a equacionar-se, que já não têm na ideologia política o seu elemento aglutinador, mas interesses vitais de que depende o futuro da humanidade, como é o caso das matérias-primas, sobretudo da energia. Há já quem tema que um futuro conflito global seja motivado pela salvaguarda dos recursos energéticos.

E neste quadro é urgente encontrar e valorizar sinais de esperança, promissores de um futuro positivo para a humanidade.

Sinais dos tempos, interpelações à Igreja

8. A fé na universalidade da Redenção é de importância decisiva neste mundo globalizado. Acreditamos ou não que toda a família humana foi redimida pela Cruz de Cristo que a envolveu no Seu abraço de amor divino? Acreditamos ou não que o Espírito, força de Deus, não abandonou a história?

Acreditamos ou não que a salvação da humanidade não depende só do engenho humano?

No quadro da globalização a Igreja é chamada a renovar a consciência da sua universalidade e a tirar daí as necessárias ilações pastorais. O cristianismo foi a única religião que se afirma constitutivamente na sua dimensão universal: “ide por todo o mundo, anunciai o Evangelho a todos os Povos”. E a efusão do Espírito, no Pentecostes, é acolhida por uma multidão de vários povos e línguas. Esta universalidade brota da consciência da universalidade da Salvação, não é motivada pela ânsia de domínio ou de poder. O anúncio desta universalidade salvífica que foi a força motriz da missão evangelizadora, deve ser a alma das comunidades crentes.

Hoje há outras religiões que lutam pela universalidade. Mas a da Igreja de Cristo está realizada: com maior ou menor expressão numérica, está presente em todos os povos e culturas, é uma realidade que abraça o mundo. A valorização da universalidade sobre particularismos, de culturas, de povos, de doutrinas, de tradições, tem de ser cada vez mais uma opção de fundo da maneira de a Igreja estar no mundo. Isso supõe uma abertura das Igrejas particulares à universalidade, exige que não se pare ou desista no esforço de aproximação ecuménica, supõe a construção da unidade na pluralidade, arrasta-nos para a generosidade da partilha e para a paixão da missão. Este não é, necessariamente, um caminho triunfal; assemelha-se mais à caminhada para o Calvário, onde unidos à Cruz de Cristo, abraçaremos o mundo.

Por outro lado, na construção desta universalidade do amor redentor, é chamada a proclamar o Evangelho da esperança, iluminando as reais situações da humanidade, na defesa da vida, da dignidade da pessoa humana, os caminhos da justiça e da paz. A doutrina social da Igreja não é um magistério de circunstância, é algo de estruturante e fundamental para que a humanidade trilhe caminhos de globalidade positiva.

8. João Paulo II, na sua primeira Encíclica, desafiou a Igreja a fazer, de modo radical, a opção pelo homem, pois só assim ela confirmaria a sua opção por Jesus Cristo. A Igreja tem de ter uma paixão pela humanidade. Deve saber discernir, para os valorizar e levar à plenitude, as dimensões positivas deste nosso mundo contemporâneo, como a nova consciência colectiva da dignidade

da pessoa humana, a recusa da guerra e da violência como caminhos da justiça e da paz, a descoberta da solidariedade como motor da justiça, os abnegados exemplos de amor ao próximo dados por pessoas e organizações. Nesse campo, as organizações da sociedade civil, designadas por não governamentais, tomam tantas vezes a dianteira sobre os Estados no socorro aos que sofrem. Toda a expressão de amor, venha de quem vier, é realidade em que a Igreja se reconhece espontaneamente.

Porque acredita que o Espírito conduz a história, a Igreja deve ser a afirmação viva e generosa da prioridade do espírito sobre a matéria, na certeza que só essa primazia do espírito, que também se exprime na cultura, pode desconjurar as ameaças globais, de guerra nuclear, de destruição do planeta, ameaçado por políticas erradas e por egoísmos consumistas descontrolados. Se há “sinais dos tempos” que a Igreja possa discernir, eles só podem ser sinais de esperança, a alegria de verificar que, embora oculto e sofrido, o Reino de Deus já está no meio de nós, porque a semente lançada à terra na Cruz de Cristo continua a germinar e a transformar, como fermento na massa.

† JOSÉ, Cardeal-Patriarca